

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.: 326

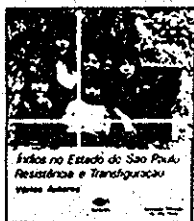
Data 7 de outubro de 1984

Pg.:

### Cultura indígena em São Paulo

EDGAR DE ASSIS CARVALHO  
Especial para o Folha

**ÍNDIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: resistência e transfiguração.** Vários Autores. Yankatu/ Comissão Pró-Índio de São Paulo. 160 págs. Cr\$ 3.000.



Mesmo em círculos acadêmicos, quando se fala da existência de índios em São Paulo, registra-se uma certa admiração ou mesmo espanto ao se constatar que o Estado mais desenvolvido do País ainda possa registrar a presença dessas populações. Afinal de contas, o imaginário social quando pensa em índios, sempre os vê de uma maneira ainda idealizada, sem roupas, morando em grandes malocas, vivendo da caça e da pesca, exercitando grandes práticas mágicas e rituais, e tendo com a natureza uma relação de intimidade. Não é essa porém, a realidade das populações indígenas Kaingang, Guarani e Terena, que se localizam nos vários estados do sul do país. Os índios já vivem em pequenas casas de sapé ou rios de madeira e a natureza circundante já foi praticamente exaurida. Para garantirem precariamente suas condições de vida, trabalham em fazendas em troca de salário, vendem os parques excessos de suas roças no mercado, lutam deliberadamente para comprarem alguns bens mais prementes e são grandemente discriminados pelos brancos que cercam suas reservas, como pessoas menores, não-cidadãos, bugres, inferiores sob todos os pontos de vista.

É esse o pano de fundo de Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. Já na introdução, Mara e Silvia Helena apontam para o fato que a chamada "questão indígena" deve ser encarada politicamente não só para que a identidade étnica e cultural seja preservada, mas para que a terra seja efetivamente garantida. Que possam ser os donos de seu próprio destino e deixem de ser concebidos como incapazes jurídica e

culturalmente, no sentido mais amplo que se possa dar a esses dois termos.

Os cinco artigos que compõem o livro procuram contemplar aspectos cruciais da situação indígena no Estado sempre destacando o processo de transfiguração étnica, causado pelo avanço e pela presença da sociedade capitalista nacional. No primeiro artigo, John Monteiro traça um panorama da política indigenista do século 16 e 17 mostrando que a escravidão indígena era fundamental para a garantia da mão de obra agrícola e que o Estado sempre procurou selar sua legitimidade por leis e decretos que garantiam aos brancos, direitos de guerrear, capturar e domesticar o gentio, desde que por justos pretextos. Mesmo não trabalhando com maior profundidade, a ação jesuítica no Estado, mostra o autor, que o saldo do plano civilizador dos religiosos foi a desagregação cultural dos índios e a contaminação devastadora das doenças. Se rebeliões indígenas ocorreram, sempre foram reprimidas de modo violento pela Coroa, que contribuiu de modo decisivo para o alheamento dos contingentes indígenas do resto da sociedade.

O artigo de Silvia Helena Borelli nos remete às constantes históricas que cercaram a violência deliberada cometida contra os índios Kaingang em fins do século 19 e primeiras décadas do século atual. Apoiada em extensa bibliografia e documentação histórica, a autora nos leva às expedições exploratórias da Comissão Geográfica e Geológica, aos efeitos nocivos da catequese, à expansão cafeeira e ao papel da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Os Kaingang paulistas vão sendo dizimados, neutralizados, mesmo que tenham resisitido em algumas ocasiões de forma intensa. O que se observa é "a desarticulação compulsória de todas as esferas da vida tribal" e a neutralização dos índios mediante a formação das reservas. A criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, iria colocar o Estado brasileiro no dilema de garantir a

proteção as populações indígenas e estar afinado com as direções da expansão capitalista para qual o índio se constituía em obstáculo a ser efetivamente superado.

Lucia Helena Rangel nos remete ao aqui e agora das reservas que se situam no interior paulista. Nas três áreas, vivem populações Terena, Kaingang e poucos Guarani consideradas pela linguagem oficial como integradas, e isso porque "tiveram suas formas tradicionais de produção desorganizadas e descaracterizadas suas culturas. A atuação da "Funai", através do exercício da tutela, se efetiva como cumpridora das ordens da administração central do órgão, voltada para a implantação de projetos econômicos lucrativos, calando a comunidade, neutralizando-a politicamente e constituindo-a como uma reserva de mão-de-obra para o Estado.

Maria Inês Ladeira nos fornece um relato etnográfico sucinto das nove aldeias Guarani localizadas na capital e litoral de São Paulo, oito das quais não assistidas pela "Funai", contando com a atuação de outras entidades dentre as quais destaca-se, de modo positivo, a do Conselho Indigenista Missionário. Vivendo de pequenas roças e da venda de um incipiente artesanato, os Guarani ainda mantêm uma extrema mobilidade e desenvolvem intensos esforços para garantir seus territórios, condição fundamental para a sua sobrevivência. O texto ganha força com o depoimento do Cacique Nivaldo, da aldeia de Morro da Saudade, emocionante e denunciador das condições gerais de exploração.

Finalmente, o curto texto de Marco Antonio Barbosa, transmite as condições de luta jurídica que os índios se encontram para exigir do Estado a garantia efetiva de suas terras, luta em que, no momento atual, se encontra empenhada a sociedade civil.